



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DEMA

ARQUIVO

PROCESSO Nº 4012/2022
LI Nº 00294 - 2022

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal nº 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente - DEMA **habilitado pela Resolução CONSEMA nº 025/2002 - DOE em 12/11/2002**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA nº 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução Lei Complementar nº140 de 8 de dezembro de 2011 Resolução CONSEMA 372/2018 de 02 de Março de 2018 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos autos Protocolares do **Processo Administrativo Municipal Nº 4012/2022 de 24 de MAIO de 2022 - SEPLAMA/DEMA**, expede a presente **LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI** que autoriza a:

I- IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDEDOR/ RESPONSÁVEL: J. G. PARQUES E AVENTURAS LTDA
NOME FANTASIA: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NOVA HOLANDA
CNPJ : 23.830.119/0001-97
ENDEREÇO: ESTRADA ROBLEDO BRAZ, 6260, VIGIA
FONE: (55)991465550
MUNICÍPIO: SANTANA DO LIVRAMENTO- RS
CEP: 97.573-000

A PROMOVER A ATIVIDADE DE: PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS DE LOTEAMENTO/ DESMEMBRAMENTO/CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E UNIFAMILIAR (INCLUÍDOS EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA E TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE). AT = 4,89ha.

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA ROBLEDO BRAZ, 6260, VIGIA.
SANT'ANA DO LIVRAMENTO / RS.

RAMO DE ATIVIDADE:

3414,40

IMPACTO AMBIENTAL:

MÉDIO

COORDENADAS GEOGRÁFICAS APRESENTADAS NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
Lat: -30.80202°S Long: -55.45416°W Datum: SIRGAS 2000

II- CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto ao projeto urbanístico:

- 1.1. Área Total: 4,89ha.
- 1.2. Matrícula do Imóvel: n°46.314 Fl-01; V-01.
- 1.3. Responsável Técnico pela execução da obra: Arquiteto e Urbanista Luiz Eduardo Felix Capre RRT n.º12192825 - Registro: RS
- 1.4. Área dos lotes residenciais: 28.958,45m².
- 1.5. Área do sistema viário e uso comum: 19.960,43m².
- 1.6. **Deverá ser preservado o distanciamento de 15,00m (quinze metros) da área de APP localizada na porção nordeste do empreendimento.**
- 1.7. Deverá ser destinado um mínimo de 10% da área total da gleba a ser loteada para o sistema de Recreação Pública, de acordo com o Decreto Estadual n° 23.430/74.
- 1.8. O lençol freático na área de instalação do empreendimento deve estar pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica.
- 1.9. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientação técnica nas ruas, em especial às sarjetas.
- 1.10. Os taludes devem ser executados de conformidade com as características reais do solo em cada ponto da obra, devendo ser conformados e compactados.
- 1.11. Deverá ser construída e mantida a drenagem superficial provisória, enquanto ocorrer obras para que atenda ao escoamento das águas das chuvas durante as etapas de execução dos trabalhos de terraplenagem, como medida preventiva contra a erosão do terreno desnudo, carreamento de partículas e assoreamento dos corpos hídricos receptores destas águas.
- 1.12. Deverá ser realizada a manutenção periódica do sistema de drenagem construído na fase de terraplanagem para minimizar o transporte de materiais no interior do empreendimento conduzindo as águas para uma bacia de sedimentação.

2. Quanto ao projeto de abastecimento e esgoto sanitário:

- 2.1. População a ser atendida: 240 pessoas.
- 2.2. Os despejos cloacais serão destinados a Estação de Tratamento de Efluentes, conforme o projeto técnico aprovado ETE Compacta Saniflux juntado ao processo.
- 2.3. A rede coletora deverá apresentar completa impermeabilização.
- 2.4. Deverão ser tomadas medidas que evitem a infiltração e o escoamento do esgoto doméstico para o sistema hídrico sem o prévio tratamento.
- 2.5. O efluente tratado deverá estar de acordo com os padrões da Resolução CONSEMA n° 355/2017
- 2.6. Quanto ao abastecimento de água, deverá seguir a Portaria DRH n° A-002491/2019.
- 2.7. A água fornecida deverá atender à Portaria de Consolidação GM/MS N° 888, DE 4 DE MAIO DE 2021 que o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS n° 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade

3. Quanto às questões biológicas:

- 3.1. A camada de solo vegetal superficial resultante do decapeamento do terreno deverá ser armazenada para aplicação na área atingida;
- 3.2. É proibido o uso de fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural, conforme Art. 28 da Lei Estadual n° 9.519, de 21 de janeiro de 1992.

4. Quanto aos resíduos sólidos da obra:

- 4.1. O empreendedor deverá atender o plano de gerenciamento de resíduos apresentado.
- 4.2. A empresa deverá segregar identificar, classificar e acondicionar os resíduos sólidos gerados para armazenagem provisória na área da empresa, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos.

"A cidade e o campo com mais vigor!"

- 4.3. Quanto aos resíduos gerados da construção civil o manejo destes deverá atender ao CONAMA nº307 de julho de 2002, conforme Plano de Resíduos a ser juntado ao processo.
- 4.4. O lixo similar ao doméstico deverá ser direcionado ao serviço de coleta regular.
- 4.5. Havendo material excedente na relação de corte e aterro dos serviços de terraplenagem, o local de descarte (bota fora) deverá ser instruído no processo administrativo junto ao DEMA para fins de análise e parecer.

VI - Com vistas à renovação da LICENÇA DE INSTALAÇÃO, o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento solicitando a Licença de Instalação;
2. Cópia desta licença;
3. O empreendedor deverá apresentar cronograma para as obras não concluídas;
4. Deverá ser apresentado relatório fotográfico dos quesitos solicitados e restrições atendidas;
5. Declaração da empresa informando que **HÁ CUMPRIMENTO** das condições e restrições acima, bem como de que não houve nenhuma alteração da atividade licenciada, de obras ou atividade no local;
6. Apresentação das informações solicitadas e nos prazos previstos;
7. Comprovante de pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental, conforme artigo nº 24 da Lei Municipal nº 5060/2006 de 30 de março de 2006;

VIII - Com vistas à obtenção da LICENÇA DE OPERAÇÃO, o empreendedor deverá apresentar:

1. Requerimento solicitando a Licença de Operação.
2. Cópia desta licença.
3. Deverá ser apresentado relatório fotográfico dos quesitos solicitados e restrições atendidas.
4. Declaração da empresa informando que **HÁ CUMPRIMENTO** das condições e restrições acima, bem como de que não houve nenhuma alteração da atividade licenciada, de obras ou atividade no local.

Esta Licença só é válida para as condições contidas acima e pelo período de **02 (DOIS) ANOS** a contar da presente data. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade, incidindo multa por descumprimento da legislação ambiental. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A presente Licença **só autoriza a atividade, a área em questão e o empreendedor acima especificado.** Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma sem a prévia autorização deste órgão, através da concessão da LICENÇA DE OPERAÇÃO.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

Esta Licença LI nº 00294-2019 renova a Licença LInº00267-2019

Este documento deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

VALIDADE: de 26 de julho de 2022 a 26 de julho de 2024

Sant'Ana do Livramento, 26 de julho de 2022


PAULO RICARDO FLORES ECOZEN
Secretário Municipal de Planejamento
e Meio Ambiente - SEPLAMA

"A cidade e o campo com mais vigor!"